**Declaração de Consentimento Informado**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome completo), portador(a) do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Cartão de Cidadão/BI/Passaporte) n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com validade até \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro que fui esclarecido sobre as características e procedimentos das Equipas Radar Social do Município de/da/do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ .

Declaro, ainda, que fui informado(a), nos termos do artigo 13.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, das seguintes questões relativas ao tratamento de dados pessoais:

**1. Que dados são recolhidos e tratados**

Serão recolhidos, pelas Equipas Radar Social, os dados pessoais de identificação e de contacto do titular, os quais serão inseridos na aplicação radar social, criada especificamente para o efeito. Esta aplicação fará interconexão com o Sistema de Informação da Segurança Social, para obtenção dos dados de identificação (NISS, NIF, nome, sexo, data de nascimento, país de nacionalidade, morada), consulta da tipologia de rendimentos do titular, verificação da existência de acompanhamento social prévio e identificação de técnico gestor do processo familiar, quando aplicável.

O tratamento de dados é necessário para a prossecução dos objetivos definidos no âmbito das Equipas Radar Social, sendo realizado em conformidade com as respetivas obrigações jurídicas previstas na lei e em cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e nas normas internas relativas ao tratamento de dados pessoais.

**2. Finalidades da recolha dos dados**

Os dados pessoais recolhidos são tratados apenas para a finalidade de intervenção junto das pessoas em situação de vulnerabilidade social para permitir à Equipa Radar Social o encaminhamento para a intervenção/apoio social ajustado à situação.

**3. Responsável pelo tratamento dos dados pessoais**

As Equipas Radar Social dos Municípios são responsáveis pela recolha dos dados pessoais junto dos titulares.

O Instituto da Segurança Social, I.P., é o responsável pelo tratamento de dados para efeito de gestão, monitorização, acompanhamento e prestação de contas à Comissão Europeia, das medidas do Projeto Radar Social, e pelo tratamento de dados necessário às atividades de avaliação, auditoria e controlo.

**4. Tratamento e armazenamento dos dados pessoais**

Os dados pessoais serão alvo de recolha, registo, consulta, análise e conservação, sendo armazenados na aplicação Radar Social.

Tendo em conta o objetivo das Equipas Radar Social de sinalização e encaminhamento para intervenção, fico informado que será necessária a devida articulação com outras Entidades públicas e privadas, para as finalidades estritamente necessárias.

**5. Direitos do titular dos dados pessoais**

Nos termos do estabelecido no RGPD, é assegurado ao titular dos dados o direito de acesso, direito de retificação e direito de oposição ao tratamento. Podendo, este, a qualquer momento:

* Aceder e consultar pessoalmente a informação que lhe diz respeito, ou através de representante legal.
* Solicitar ao responsável pelo tratamento a correção ou atualização dos dados pessoais e a respetiva retificação.
* Solicitar o apagamento dos seus dados pessoais, salvo quando a sua conservação seja exigida por legislação.
* Retirar o consentimento relativamente ao tratamento efetuado dos seus dados pessoais.

Mais se informa que os dados pessoais alvo de tratamento no âmbito das Equipas Radar Social, não poderão ser imediatamente eliminados em caso de retirada do consentimento por parte dos titulares, uma vez que os mesmos estão sujeitos a regras específicas de arquivo.

**6. Procedimento para o exercício dos direitos**

Para exercer os seus direitos, o titular dos dados deverá dirigir a sua pretensão ao Encarregado de Proteção de Dados do Município de/da/do \_\_\_\_\_\_\_\_ através do email XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX ou por carta para XXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Ou para o Encarregado de Proteção de Dados do Instituto da Segurança Social, I.P., através do email ISS-EncarregadoProtecaoDados@seg-social.pt, ou por carta para Av. 5 de outubro, n.º 175, 1069-451 Lisboa.

Caso assim o entenda, poderá, ainda, apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), através do website [www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt)

**7. Conservação dos seus dados pessoais**

Os dados serão conservados pelo período de tempo necessário ao cumprimento das finalidades previstas no ponto 2. da presente declaração, até ao limite de 10 anos após o términus das Equipas Radar Social.

Para os devidos efeitos, declaro que li a presente declaração e que a mesma me foi convenientemente explicada, estando devidamente informado sobre a forma como será realizado o tratamento de dados pessoais no âmbito da intervenção das equipas radar social, aceitando e consentindo o mesmo.

Declaro que a informação que forneço é correta e verdadeira, e autorizo as Equipas Radar Social do Município de/da/do \_\_\_\_\_\_\_\_\_ a atuar, estando informado de todos os procedimentos no âmbito da sinalização.

Por ser verdade, dato e assino a presente declaração.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (localidade), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Assinatura declarante conforme documento de identificação/ ou representante legal[[1]](#footnote-1))

1. Para efeitos de assinatura pelo representante legal, a mesma apenas poderá ser efetuada mediante a apresentação de documento comprovativo, ou seja, de cópia de sentença judicial no âmbito do Regime Jurídico do Maior Acompanhado ou outra forma de representação legal [↑](#footnote-ref-1)